



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DO EMPREGO

MEE - Orçamento 2013

Apresentação AR

Novembro 2012

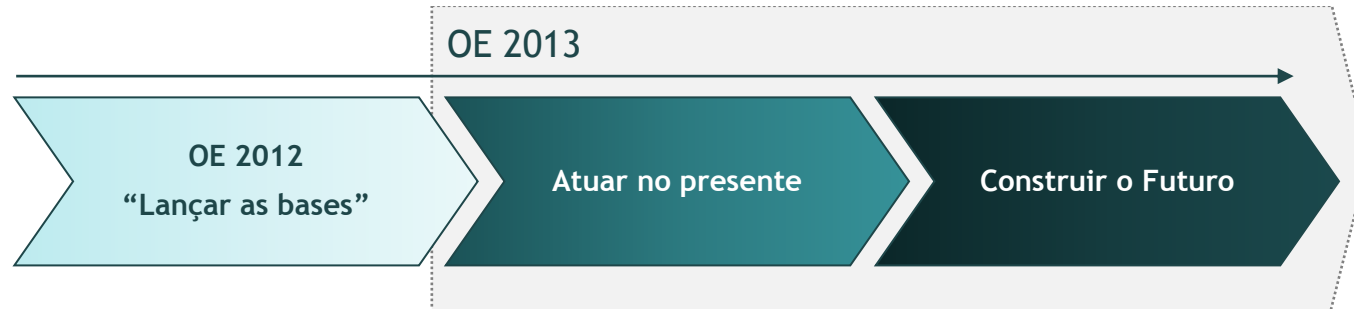
A. Visão global 2012-2013

1. OE 2012 - Contributo para o relançamento da economia
2. OE 2013 - Continuar a construir o futuro

B. Medidas estratégicas 2013

1. Combate ao Desemprego
2. Financiamento e Recapitalização
3. Investimento
4. Reindustrialização
5. Consolidação Orçamental

Lançamos as bases para construir o futuro.



- Importantes reformas estruturais, nomeadamente:
 - Ao nível do código laboral, medidas ativas de emprego e formação profissional;
 - Ao nível do financiamento e recapitalização de empresas e concorrência dos mercados;
 - Redução da despesa do Estado, e melhoria dos resultados operacionais das empresas de transportes;
 - Redução dos custos de contexto, nomeadamente ao nível da nova lei da concorrência e licenciamento industrial.

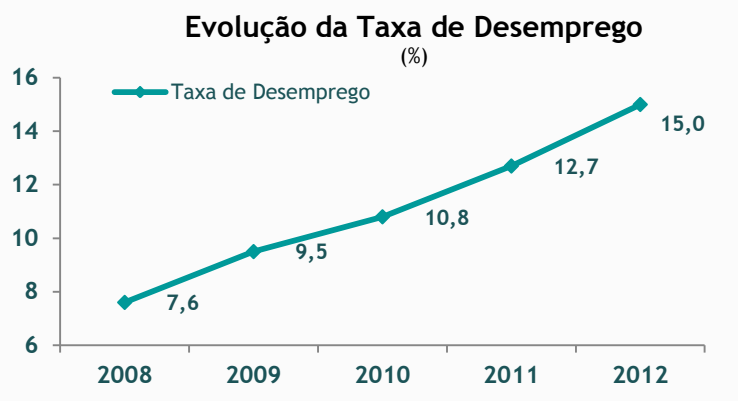
- Combater o Desemprego;
- Atuar sobre os problemas de financiamento;
- Apostar na recapitalização de empresas;
- Apoiar a recuperação das empresas, preservando postos de trabalho;
- Continuar a atuar ao nível da redução dos custos de contexto, nomeadamente ao nível dos licenciamentos e preço dos combustíveis.

- Atrair investimento estrangeiro;
- Incentivar o investimento nacional;
- Apostar na Reindustrialização do tecido industrial português;
- Adoptar uma estratégia nacional para os recursos geológicos,

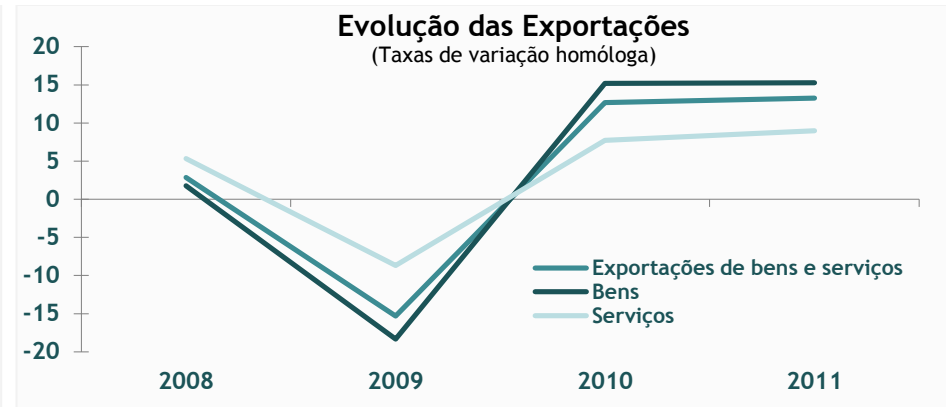
A. Visão global 2012-2013

Dados Macroeconómicos

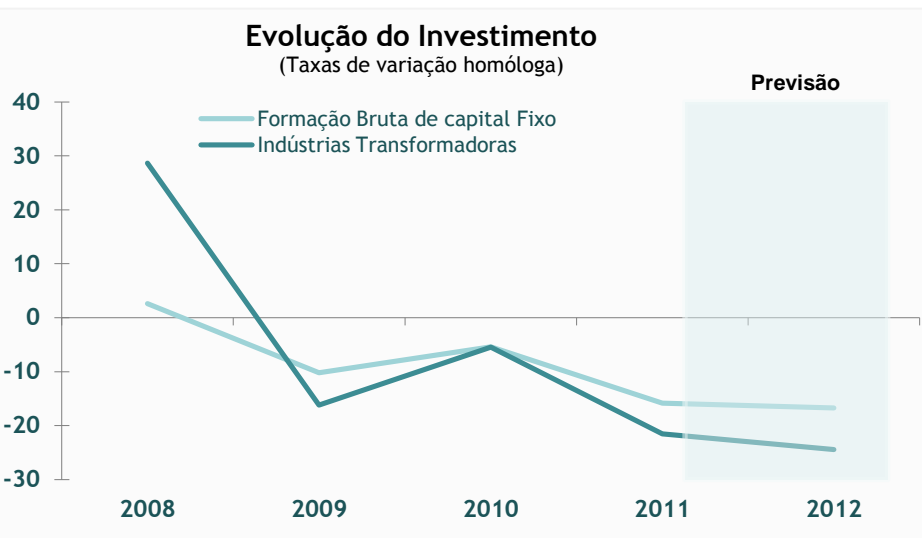
A consolidação orçamental, aliada à crise financeira internacional e às fortes restrições ao financiamento, conduziu a um substancial abrandamento da atividade económica, resultando num aumento muito significativo da taxa de desemprego, e numa queda acentuada do investimento.



Fonte: GEE, com base nos dados das Estatísticas do Emprego do INE.
Nota: Os dados de 2012 correspondem ao 2.º trimestre.



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.



Fonte: GEE, com base nos dados das Contas Nacionais Anuais - 2008-2009 e do Inquérito de Conjuntura ao Investimento - 2010-2012 do INE

Criação de Emprego:

- Atrair investimento nacional e estrangeiro.
- Promover a industrialização do nosso tecido produtivo, com foco na nossa capacidade exportadora e na produção de bens transacionáveis, bem como no aproveitamento dos recursos geológicos nacionais.
- Assegurar a recuperação e revitalização de empresas viáveis.

A. Visão global 2012-2013

1. OE 2012 - Contributo para o relançamento da economia



Durante o ano de 2012, foram colocadas no terreno importantes reformas estruturais, que nos permitiram lançar as bases para o relançamento da economia Portuguesa.

OE 2012

Formação e Emprego

- Reformámos a Legislação Laboral de modo a tornar o mercado de trabalho mais flexível e dinâmico;
- Apostámos na Qualificação dos nossos recursos, dando formação no sentido de aproximar as suas qualificações das necessidades das nossas empresas;
- Apostámos na formação profissional de desempregados com fundos comunitários no valor de € 400M;
- Implementámos Medidas Ativas de Emprego, como o Impulso Jovem, reprogramando € 143M para estágios e contratação de jovens desempregados;
- A medida Estímulo 2012 permitiu a criação de mais de 11.600 postos de trabalho;
- Criámos o programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego que permitiu ajustar a procura e oferta de emprego, reduzindo assim a duração média do desemprego;
- Permitimos a acumulação do subsídio de desemprego com o salário, de forma a incentivar a aceitação de ofertas de emprego;
- Alterámos a Lei-quadro das Associações Públicas Profissionais, bem como desregulamentámos algumas profissões, de forma a facilitar o acesso às mesmas, salvaguardando a segurança e saúde públicas.

Reformas e Redução de Custos de Contexto

- Implementámos uma reforma global nos procedimentos de licenciamento na área da indústria que permitirão a redução dos custos de contexto, a simplificação legislativa e o aumento da competitividade;
- Implementámos o programa Revitalizar, nomeadamente permitindo a recuperação de empresas por via extrajudicial, através do SIREVE;
- Reduzimos o défice tarifário do sistema elétrico no valor de € 1.800M;
- Criámos uma nova Lei da Concorrência, que visa tornar a promoção e defesa da concorrência mais transparentes, céleres e eficientes;
- Desenvolvemos os processos de privatização da TAP, ANA e REN.

- Trabalhámos no sentido de reduzir os encargos com as PPPs Rodoviárias;
- Atingimos o equilíbrio operacional no sector dos transportes 6 meses antes do acordado;
- Reformámos o regime do setor portuário com o objetivo de reduzir custos para as empresas exportadoras.

Financiamento e Recapitalização das empresas

- Implementámos Linhas de crédito de apoio às empresas no valor de € 2.500M;
- Garantimos o alargamento de prazo das Linhas de Crédito PME Investe, onde 9.451 operações foram aprovadas, correspondendo a € 444M de carência de capital, para mais de 8.000 PME;
- Através da reprogramação estratégica do QREN foi possível direcionar €935 M para as empresas, que permitirão alavancar perto de € 1.700M;
- Reformámos de forma profunda o sector de capital de risco público que dispõe de € 140M de liquidez disponível para investir;
- Criámos duas Linhas de Crédito para o setor do Turismo, no valor global de € 200M, para colmatar necessidades de tesouraria e a financiar a qualificação da oferta;
- Implementámos o Programa +E+, reforçando o incentivo à inovação e ao empreendedorismo.

Consolidação Orçamental

- Racionalizamos o SEE através da extinção, fusão e privatização de empresas públicas, redimensionamento dos quadros de pessoal e eliminação do défice de exploração nas empresas públicas de transportes;
- O PREMAC resultou na extinção de 24 organismos e estruturas do MEE, e na eliminação de 500 cargos dirigentes, com poupanças superiores a € 23M;
- Realizámos um Acordo de princípio para revogar a concessão do serviço universal de telecomunicações;
- Realizamos € 372M para o Estado Português no âmbito do leilão 4G.

A. Visão global 2012-2013

2. OE 2013 - Continuar a construir o futuro



Neste momento é fundamental uma atuação rápida e diligente por parte do Governo, atuando sobre as questões prementes como o financiamento das nossas empresas e o combate ao desemprego, mas também, numa ótica de médio/longo prazo, implementando medidas que contribuem para o relançamento da economia portuguesa.

OE 2013

1

Combate ao Desemprego

- Estágios profissionais para casais desempregados com filhos e famílias monoparentais
- Impulso para o Emprego
- Reformas no âmbito da Legislação Laboral
- Cheque-formação
- Atualização Catálogo Nacional de Qualificações
- Litígios Laborais
- Centros para a Qualificação e Ensino Profissional

Atuar no imediato
Medidas de curto prazo

2

Financiamento e Recapitalização

- Linha de Crédito a PME's
- Linha Caixa Capitalização
- Linha Obrigações PME's
- IVA de Caixa
- Seguros de crédito à exportação

3

Investimento

- Novo Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) + Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR)
- Programa da Indústria Responsável (PIR)
- *Start now*
- Gabinete do Investidor
- Reestruturação dos Polos de Competitividade
- QREN - exportações e simplificação
- Combustíveis *low-cost*
- Programa para a Competitividade do Comércio e Serviços
- ...

Relançar a Economia
Medidas de médio e longo prazos

4

Reindustrialização

5

Consolidação Orçamental

- Distribuição de Receitas Gerais do Estado
- Renegociação das PPPs
- Equilíbrio Operacional do Setor Empresarial do Estado
- Redução do Défice Tarifário - Sistema Elétrico Nacional

Atuação Transversal

B. Medidas estratégicas 2013

1. Combate ao Desemprego (1/1)

O flagelo do desemprego constitui uma das principais preocupações do Governo português, pelas fortes implicações sociais e económicas, em particular junto de algumas camadas sociais mais desprotegidas. Na sequência das medidas já adoptadas, importa reforçar a procura de soluções.

1

Combate ao
Desemprego

Estágios profissionais para casais desempregados com filhos e famílias monoparentais

- Medida aplicável a casais, ambos desempregados e com filhos, bem como a famílias monoparentais;
- Estágios Profissionais comparticipados a 100% pelo IEFP, via fundos comunitários e sem impacto orçamental;
- Esta medida tem como objetivo apoiar casais em extrema dificuldade, bem como melhorar as qualificações profissionais, facilitando a reintegração no mercado de trabalho.

Impulso para o Emprego

- Conjunto de medidas que visam a criação de emprego:
 - Reembolso da de 100% da TSU para as empresas que contratem desempregados com mais de 45 anos, via fundos comunitários e sem impacto orçamental;
 - Formação em competências avançadas de gestão para desempregados licenciados (Protocolo com instituições do Ensino Superior).

Reformas no âmbito da Legislação Laboral

- Conclusão da terceira fase de ajustamento das compensações por cessação de contrato de trabalho;
- Criação do Fundo de Compensação do Trabalho ou mecanismo equivalente;
- Alargamento do regime da arbitragem a conflitos individuais de trabalho, para acelerar a resolução de desacordos.
- Implementação de um sistema de arbitragem laboral, de forma a potenciar os princípios da certeza e segurança jurídicas.

Cheque-formação

- O cheque-formação consiste num projeto piloto que permitirá financiar a reconversão profissional dos desempregados em setores específicos.

Atualização Catálogo Nacional de Qualificações

- Definir perfis referenciais de formação em linha com as necessidades formativas das empresas;
- Fazer incidir a oferta no âmbito do ensino profissional nos referenciais assim definidos.

Centros para a Qualificação e Ensino Profissional

- Esta medida tem como objetivo melhorar a orientação profissional dos jovens bem como o reconhecimento, validação e certificação de competências dos adultos.

B. Medidas estratégicas 2013

2. Financiamento e Recapitalização (1/1)

As fortes restrições no acesso ao financiamento torna imperativo, para este Governo, dinamizar a utilização pelas PME de instrumentos de financiamento alternativos ao crédito bancário, bem como apoiar o financiamento de curto prazo.

2

Financiamento
e Recapitaliza-
ção

Linha de crédito a PMEs

- Linha de crédito para PMEs no montante global de € 2.000M de euros;
- Linha de crédito direcionada para o financiamento de curto prazo de PMEs (fundo de maneiio e apoio à atividade exportadora) ou para financiamento de médio prazo.

Linha PME Capitalização

- Linha de capitalização para PMEs;
- Linha de capitalização direcionada para o financiamento de PMEs através de dívida subordinada, a um prazo mais alargado.

Linha Obrigações PMEs - Emissões Primárias no Alternext

- Lançamento de emissões grupadas de obrigações de PMEs, num valor global de € 100M, privilegiando as emissões com garantia mútua;
- Produto financeiro que, pela sua dimensão, é apelativo a investidores institucionais nacionais e estrangeiros ;
- Emissões garantidas em parte pelo SNGM - Sistema Nacional de Garantia Mútua e colocadas em investidores institucionais ou transaccionadas em mercado secundário.

IVA de Caixa

- Introdução de um regime de “IVA de Caixa” para as microempresas;
- A entrega do IVA ao Estado deve ocorrer apenas após o recebimento da factura, entrada do dinheiro em caixa, e não após a sua emissão.

Seguros de crédito à exportação

- Os Seguros de crédito são instrumentos fundamentais para a exportação:
 - Prolongamento das Linhas de Seguros de Crédito à Exportação com garantia do estado;
 - Introdução de simplificações e maior agilidade nos procedimentos de aprovação.

B. Medidas estratégicas 2013

3. Investimento e 4. Reindustrialização (1/6)



É necessário criar em Portugal, através de reformas estruturais fundamentais, um ambiente favorável ao investimento produtivo. Essa transformação passa por uma «política arrojada» de incentivos fiscais, financeiros e de redução de custos de contexto.



Novo Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI)
+
Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR)

- Reformulação e reforço do atual regime RFAI, nos seguintes termos:
 - Prorrogação do regime até 31 de Dezembro de 2017;
 - Consagração de uma taxa entre 25% e 50% de dedução à colecta (atualmente permite uma dedução à colecta de IRC de 10% ou 20% consoante nível de investimento realizado);
 - Introdução de uma dedução adicional de 10% dos lucros retidos e das entradas de capitais reinvestidos em ativos elegíveis;
 - Possibilidade de dedução em exercícios futuros sempre que a coleta do exercício não seja suficiente;
 - É um regime automático de natureza não contratual;
 - Não cumulável com outros benefícios fiscais da mesma natureza.

Programa da Indústria Responsável (PIR)

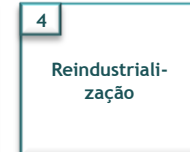
- Continuação da reforma global dos procedimentos de licenciamento na área da indústria (ambiente, segurança, higiene e saúde públicas, urbanização e edificação), com uma visão objetiva do enquadramento legal aplicável a todos os processos inerentes à localização, instalação e exploração da atividade industrial, de forma eficiente e corretamente implantada no território;
- Garantir uma articulação transparente, ágil e eficaz entre as diversas entidades, privadas e públicas, intervenientes no processo de criação e fomento da atividade industrial em Portugal, de um modo sustentável a nível social, ambiental e económico;
- Os próximos passos desta reforma passam pela revisão dos regimes Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).

Gabinete do Investidor

- Criação de um Grupo de Trabalho com representatividade interministerial, com o objetivo de apoiar o investidor na sua relação com a Administração Pública;
- Elaboração de um relatório que elenque os projetos de investimento que aguardam decisões da Administração Pública há mais de doze meses;
- Promover a agilização dos processos de decisão relativos a projetos de investimento.

B. Medidas estratégicas 2013

3. Investimento e 4. Reindustrialização (2/6)



Start now

- A iniciativa *start now* centra-se em medidas de financiamento ao longo do ciclo de vida de uma *start-up*, das quais se destacam as seguintes:
 - Passaporte para o Empreendedorismo - promoção do empreendedorismo qualificado disponibilizando uma bolsa “bolsa empreender” de 1,65 IAS/mês para desenvolvimento de um projeto durante, no máximo, um ano;
 - Vale empreendedorismo - vale de € 15.000 para empresas com menos de um ano de modo a promover o desenvolvimento dos seus planos de negócios;
 - Plataforma Ignição - acelerar o acesso a capital de risco público de projetos com maior potencial;
 - Reembolso das prestações à Segurança Social - aumentar a competitividade através da diminuição de encargos com empregados nos primeiros 18 meses de vida da empresa. Esta medida gera ganhos à Segurança Social e empresas, já que as estas suportam as contribuições da entidade empregadora para a SS, e são ressarcidas desse montante pelo Fundo Social Europeu (FSE);
 - Medida de incentivo ao investimento em *start-ups* - incentivo a investidores particulares (*Business Angels*) através de uma dedução à colecta das entradas de capital nessas empresas. Dedutibilidade de 20% das entradas de capital, com um limite máximo de € 10.000, em empresas que se encontrem nos 3 primeiros anos de vida.

QREN - promover as exportações

- No âmbito do QREN pretende-se, ainda, promover as exportações:
 - Linha “Investe QREN” de € 1.000M destinada a financiar a contrapartida das empresas nos projetos QREN;
 - Deste montante, € 500M são disponibilizados pelo BEI e o restante pela banca nacional;
 - Linha “Investe QREN Exportações” será uma extensão da Linha “Investe QREN” e visa garantir um apoio € 1.000M a projetos de investimento que permitam captar ou consolidar mercados ou aumentar capacidade de produção;
- Criação do “Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas”, dotado com € 25M dos Programas Operacionais Regionais.

B. Medidas estratégicas 2013

3. Investimento e 4. Reindustrialização (3/6)



3

Investimento

4

Reindustriali-
zação

QREN - simplificação e reforço

- No âmbito do QREN pretende-se obter uma simplificação bem como reforçar o seu acesso às empresas:
 - “Guichet aberto” - os concursos funcionarão em contínuo, sem quebras, garantindo maior acesso e previsibilidade no acesso a financiamento comunitário;
 - Para todos os projetos finalizados até final de 2013, parte do incentivo reembolsável atribuído à empresa é transformado em capitais próprios;
 - Abolição da exigência de garantia bancária no encerramento dos projetos das empresas no QREN. Esta medida simplifica e estimula a conclusão e o encerramento de projetos de investimento e uma economia de recursos às empresas devido a serviços de garantia (atualmente exigíveis e de difícil acesso no mercado). Em caso de incumprimento passa a ser dado um tratamento idêntico às infrações fiscais.

Combustíveis *low-cost*

- Dinamização das redes de combustíveis *low-cost*, incentivando a sua comercialização. Para isso será estimulado o aparecimento de novos postos *low-cost*, bem como a sua introdução deste tipo de combustível nos postos já existentes.

Programa para a Competitividade do Comércio e Serviços

- Lançamento do programa de Competitividade do Comércio que inclui:
 - Relevante simplificação legislativa, que criará um único diploma legal que revogará 20 diplomas existentes atualmente;
 - Será alocado um total de € 25M de fundos comunitários a projetos de modernização comercial;
 - Desmaterialização de procedimentos e redução de prazos de decisão administrativa.

B. Medidas estratégicas 2013

3. Investimento e 4. Reindustrialização (4/6)



Construção e Imobiliário

- Em 2012 foi implementado um regime excepcional que permite a libertação das cauções para as empresas de construção civil, na execução de obras públicas. Em 2013 estima-se que essa medida corresponda a uma libertação de cerca de € 3000M;
- Foi definida para 2013 uma taxa liberatória de 28% em sede de IRC para o arrendamento, medida que estimulará este mercado;
- Os Fundos de Desenvolvimento Urbano JESSICA irão acelerar a sua aplicação em 2013, comprometendo a sua dotação de € 335M em projetos de reabilitação urbana e eficiência energética;
- O Governo irá lançar, juntamente com o setor, uma “Agenda para a Construção”, com objetivos de estimular a competitividade, a internacionalização e a modernização destas indústrias. Olhando para oportunidades em novos mercados e numa reorientação para reabilitação urbana e a eficiência energética, entre outras novas áreas.

Política Energética

- A redução do défice da balança energética, a racionalização do consumo de energia, a diminuição do impacto ambiental da atividade económica e segurança no abastecimento são áreas a considerar na política para o aumento da competitividade na energia. Neste sentido destacamos:
 - Redução dos custos da energia pela promoção da concorrência, diminuição de sobrecustos na cogeração, revisão de incentivos ao investimento em produção, eliminação do défice tarifário e redução de rendas excessivas;
 - Desenvolvimento de novos segmentos inovadores de atividade industrial - a eco inovação - de elevado crescimento potencial, contribuindo em simultâneo para a eficiência energética e para a sustentabilidade;
 - Revisão do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER), de forma:
 - Garantir o aumento da competitividade da economia por redução de custos de produção e assim assegurar a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional;
 - Aumentar a eficiência energética da economia e em particular do Setor do Estado.

3

Investimento

4

Reindustriali-
zação

Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos

Revisão do regime de licenciamento e atribuição de concessões - indústria mineira, petróleo e gás

- Tem por base a criação de um modelo que seja financeiramente sustentável que potencie e desenvolva o aproveitamento dos recursos geológicos nacionais através, nomeadamente da intensificação da prospecção, da captação de investimento privado e da maximização de receitas para o Estado;
- As linhas orientadoras da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos assentam em quatro eixos de atuação:
 - Eixo A - Adequação das bases do sector, através da redefinição do papel do Estado e da revisão das regras de organização e disciplina da atividade;
 - Eixo B - Desenvolvimento do conhecimento e valorização do potencial nacional, através do aperfeiçoamento dos métodos de recolha e sistematização da informação e de um melhor aproveitamento dos recursos;
 - Eixo C - Divulgação e promoção do potencial nacional, através de iniciativas de comunicação e da criação de um Gabinete de Apoio ao Investidor Mineiro, que funcione como balcão único do setor;
 - Eixo D - Sustentabilidade económica, social e ambiental.
- Aumentar a viabilização e assinatura de contratos de prospecção e pesquisa e de exploração dos recursos geológicos e do *deep offshore*.

- Revisão do regime legal respeitante ao licenciamento de concessões de exploração mineiras e de petróleo e gás em linha com as melhores práticas internacionais;
- Aprovação de uma nova lei que simplifique os procedimentos legais e burocráticos necessários à agilização dos investimentos na prospecção, pesquisa, exploração e desenvolvimento de recursos minerais.

B. Medidas estratégicas 2013

3. Investimento e 4. Reindustrialização (6/6)



3

Investimento

4

Reindustriali-
zação

Reestruturação dos Polos de Competitividade

- Tornar os Polos instrumentos efetivos que conduzam ao investimento em sectores transacionáveis, à criação de emprego qualificado, ao reforço da competitividade interna e externa das empresas e ao crescimento económico;
- Constituir uma rede de cooperação entre atores relevantes de cada área económica, agregando empresas, os sistemas científico e tecnológico, de educação e formação, financeiro e associações, que partilham uma visão estratégica no âmbito das cadeias de valor orientada para o mercado.

Global Acceleration Innovation Network (GAIN)

- Iniciativa conjunta com o Ministério da Educação e Ciência;
- Cria uma nova estrutura nacional orientada para a ligação entre as instituições de ensino superior e centros de investigação e a indústria.

Turismo Residencial

- Será dinamizado o setor do turismo residencial, fundamental não só para o setor do turismo propriamente dito, como para a revitalização de outras atividades económicas;
- Será estimulada a atração de turistas residenciais seniores e dos respectivos rendimentos para o nosso país, bem como o investimento em aquisição de habitação em Portugal.

B. Medidas estratégicas 2013

5. Consolidação Orçamental (1/7)

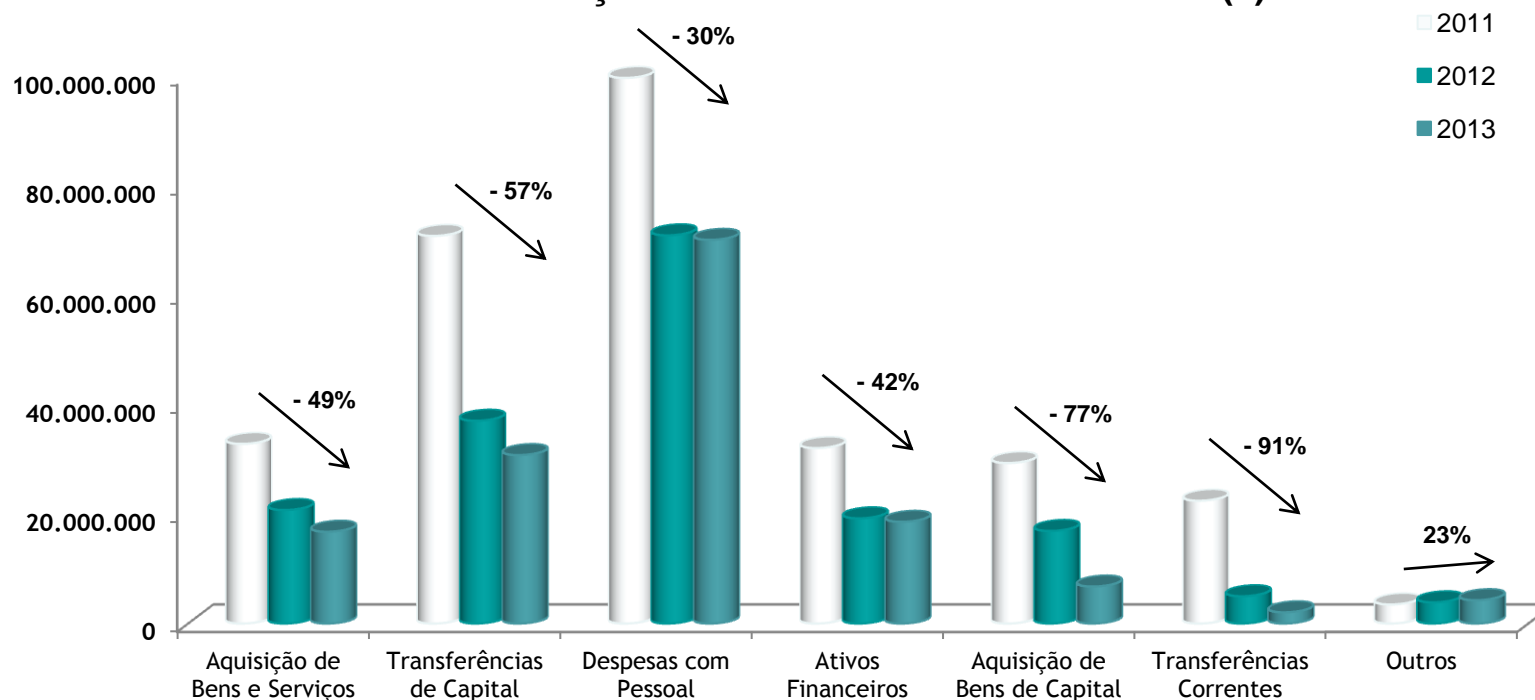
Prosseguindo o objetivo da consolidação orçamental, o MEE apresenta para 2013 uma redução da despesa em Receitas Gerais, face a 2012, de 14%, e de 49% face a 2011, o que representa uma redução em dois anos de € 141 M.

5

Consolidação
Orçamental

Despesa Organismos

Evolução das Receitas Gerais do Estado (€) - MEE



B. Medidas estratégicas 2013

5. Consolidação Orçamental (2/7)

Em 2013 o MEE fará uma utilização de € 4.536 M de Fundos Comunitários, o que representa um aumento de 14% face a 2012.

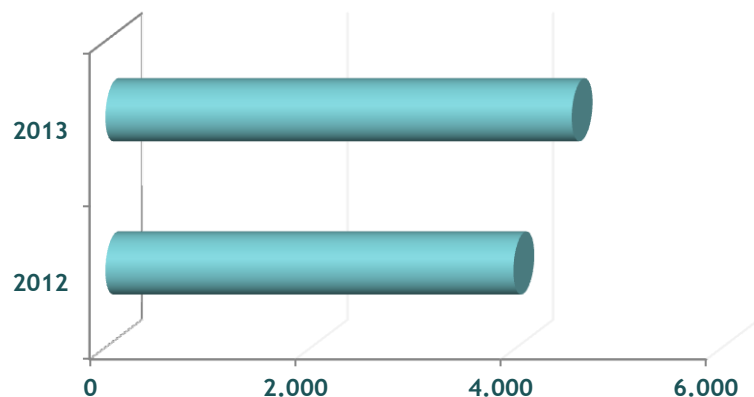
5

Consolidação
Orçamental

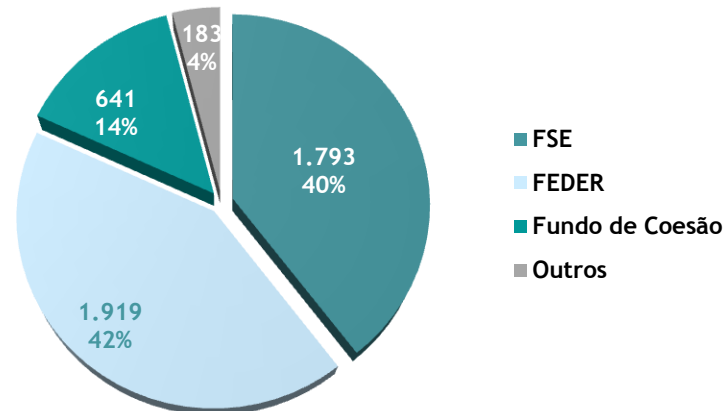
Fundos Comunitários

Aumentámos a utilização de Fundos Comunitários, promovendo o crescimento económico e a criação de emprego.

Fundos Comunitários
(milhões de euros)



Fundos Comunitários 2013
(milhões de euros)



B. Medidas estratégicas 2013

5. Consolidação Orçamental (3/7)

As poupanças nas ex-SCUT permitem reduzir em cerca de € 250M os encargos brutos para o Orçamento de Estado em 2013 e anos seguintes.

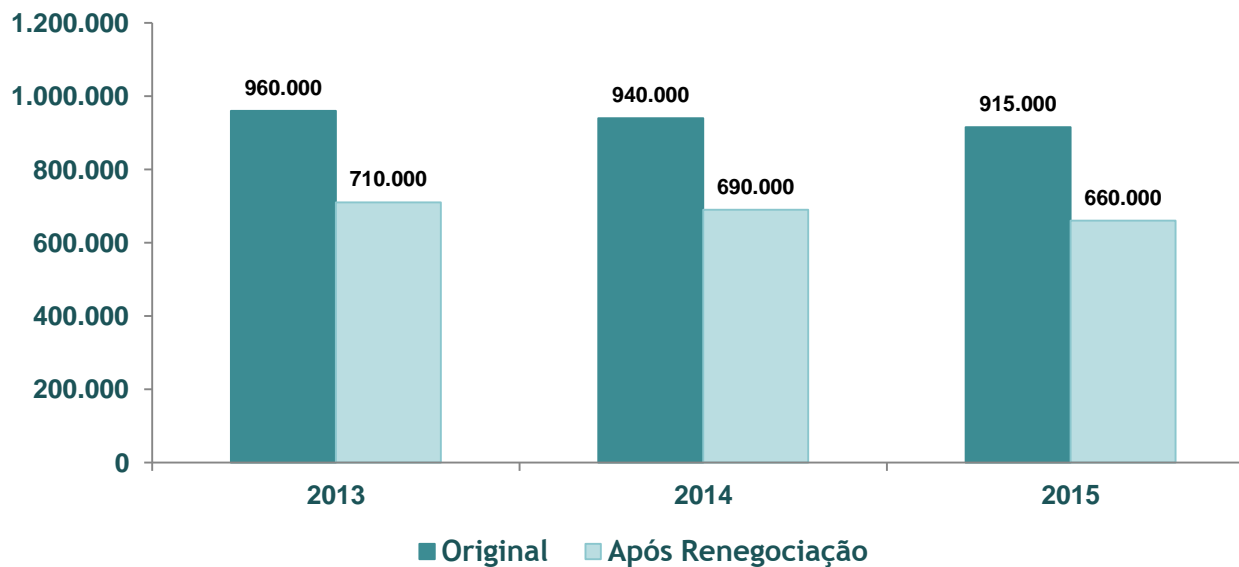
5

Consolidação
Orçamental

Poupança nas Ex-SCUT

Encargos Anuais para o Estado - Ex-SCUT

(milhares de euros)



NOTA: Inclui-se as ex-SCUT e as demais concessões em regime de disponibilidade (Grande Lisboa e Norte).

B. Medidas estratégicas 2013

5. Consolidação Orçamental (4/7)

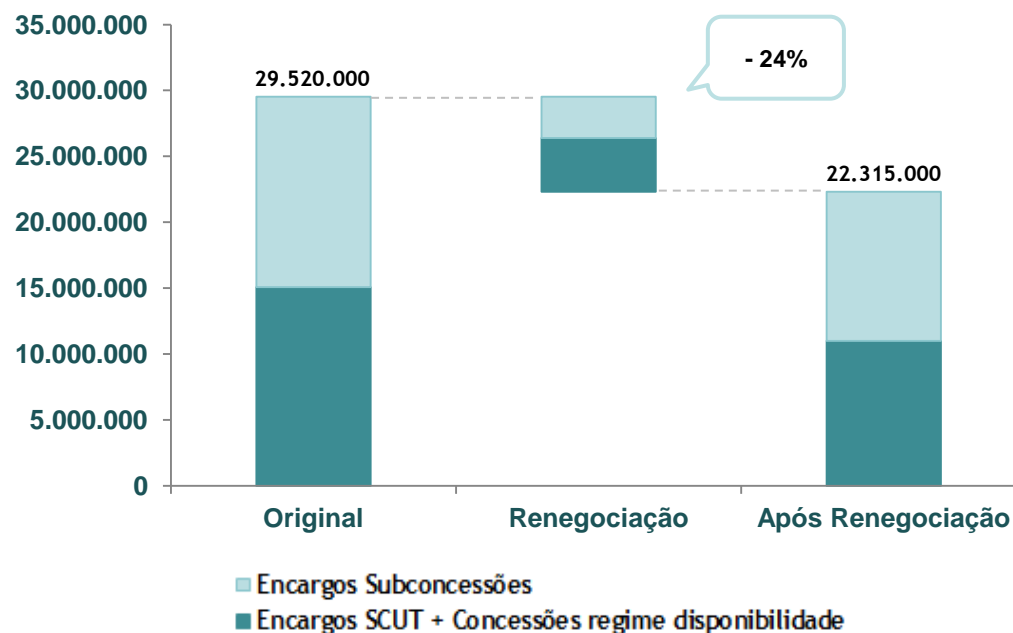
A renegociação das ex-SCUT + Subconcessões permitirá ao Estado reduzir os pagamentos às concessionárias e subconcessionárias em 7.205 M€ até ao termo das respectivas concessões.

5

Consolidação
Orçamental

Poupança nas Ex-SCUT + Subconcessões

Total de Encargos para o Estado:
Ex-SCUT + Subconcessões



B. Medidas estratégicas 2013

5. Consolidação Orçamental (5/7)

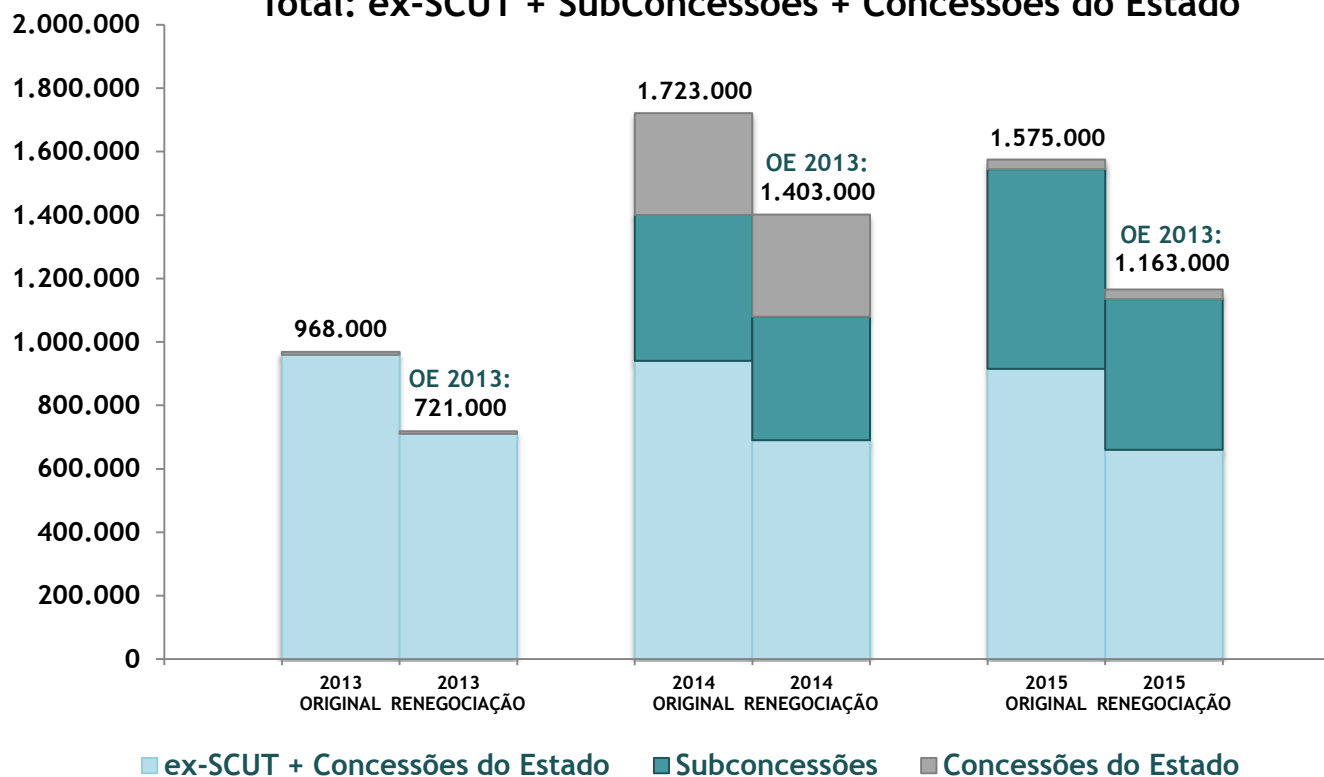
A renegociação das ex-SCUT + Subconcessões permitirá ao Estado poupar cerca de 250 M€ em 2013, 320M€ em 2014 e 412M€ em 2015.

5

Consolidação Orçamental

Total Renegociação PPPs - anual

ENCARGOS ANUAIS PARA O ESTADO Total: ex-SCUT + SubConcessões + Concessões do Estado



B. Medidas estratégicas 2013

5. Consolidação Orçamental (6/7)

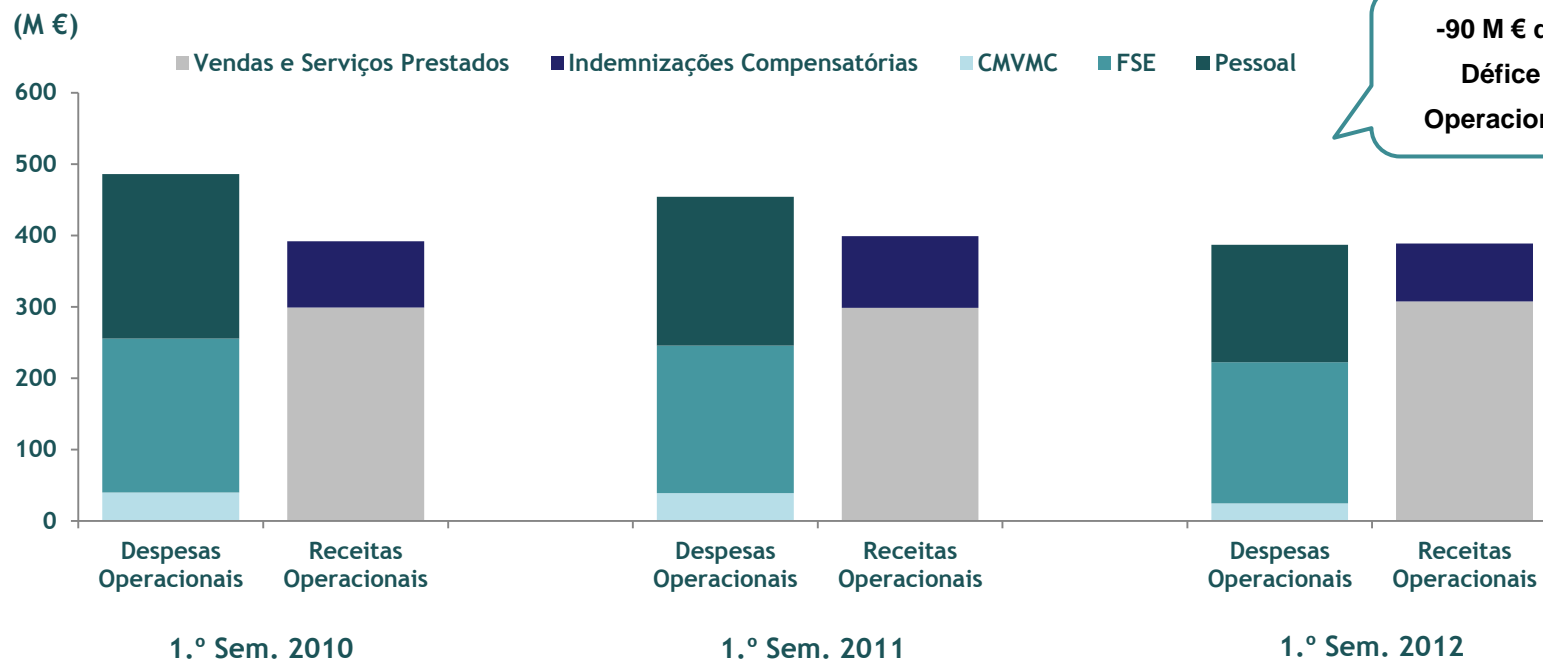
No sistema de transportes assistimos a uma redução significativa dos custos operacionais, acompanhada de uma diminuição das indemnizações compensatórias, em 12%, atingindo o equilíbrio operacional neste sector.

5

Consolidação
Orçamental

Equilíbrio Operacional – Sector dos transportes

Custos e Receitas Operacionais (CP, REFER, CARRIS, STCP, ML, MP e Transtejo)



B. Medidas estratégicas 2013

5. Consolidação Orçamental (7/7)

A implementação de várias medidas de corte de custos no Sistema Elétrico Nacional permitiu reduzir o défice tarifário e equilibrar o sistema em 2020 aumentando a competitividade das empresas e o bem estar das famílias.

5

Consolidação
Orçamental

Redução do Défice Tarifário – Sistema Elétrico Nacional

Dívida Tarifária do SEN

